



ESPECIAL

21
~~16~~ dias de ativismo reforçam a importância das alianças para o enfrentamento às diversas discriminações contra as mulheres

- 2 ENTREVISTA EXCLUSIVA | Sem igualdade de gênero não há desenvolvimento sustentável, alerta Nadine Gasman**
- 3 DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA | Mulheres Negras e Violência Doméstica: Reafirmando compromissos nos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Por Suelaine Carneiro, socióloga, feminista, mestre em Educação e coordenadora do Programa de Educação de Geledés – Instituto da Mulher Negra.
- 4 e 5 HISTÓRICO | 20 de Novembro para as Mulheres Negras: passou da hora de contar o nosso passado.** Por Mafoane Odara Poli Santos, psicóloga e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e diretora do Fundo Brasil de Direitos Humanos.
- 6 e 7 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS | Em entrevista, a advogada e coordenadora da Cepia Leila Linhares Barsted, explica os compromissos assumidos pelo Brasil perante os mecanismos internacionais e avalia o estágio atual do país no campo do enfrentamento.**
- 8 ENTREVISTA | Trabalho com homens e pela construção de outras masculinidades é essencial para desnaturalizar papéis de gênero hierárquicos e violentos.** Confira entrevista com o especialista Sérgio Flávio Barbosa, professor universitário de Filosofia e Sociologia e criador dos primeiros grupos de responsabilização de homens autores de violência no ABC paulista.

Entre novembro e dezembro, diversas iniciativas foram promovidas pelas mais diferentes instituições e movimentos da sociedade civil em todo o mundo. No Brasil, inúmeras ações, como debates, pesquisas, mobilizações e campanhas foram realizadas em várias cidades, buscando marcar a importância da atuação conjunta e de cada data que compõe o calendário dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres – uma campanha de mobilização realizada globalmente.

No mundo todo a mobilização acontece entre 25 de Novembro, o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres, e 10 de Dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos. A escolha do dia 25 de novembro foi uma homenagem às irmãs Mirabal – Patria, Minerva e María – assassinadas pela ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana, em 25 de novembro de 1960. O assassinato das irmãs Mirabal, conhecidas como *Las Mariposas* em suas atividades políticas, causou grande revolta entre a população dominicana.

No Brasil, a campanha é na verdade de 21 Dias de Ativismo: começa no dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, para lembrar que combater o racismo sofrido por mulheres negras e indígenas é central para coibir violações e violências. A ampliação do calendário é uma forma de ressaltar ainda que esse enfrentamento só será efetivo se baseado em alianças e em ações e políticas públicas que contemplem as mulheres na sua diversidade.

Em sua 15ª edição, o *Informativo Compromisso e Atitude* traz uma série de artigos e entrevistas exclusivas com reflexões e análises a partir de três importantes marcos nesse calendário de mobilização: os dias 20 e 25 de Novembro e também o 6 de Dezembro, o Dia de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A relação entre as desigualdades de gênero e raça e as violências contra as mulheres, a importância do trabalho com homens e no campo da educação para a construção de outras masculinidades e relações de gênero – não violentas ou hierárquicas, e o cenário do Brasil neste enfrentamento, tendo em perspectiva o contexto internacional, são alguns dos temas que, no conjunto, ressaltam a importância da perspectiva interseccional e das alianças para o enfrentamento de violências complexas que acontecem na articulação entre diferentes discriminações. Confira:

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Sem igualdade de gênero não há desenvolvimento sustentável, alerta Nadine Gasman



Foto: divulgação ONU Mulheres Brasil

Em entrevista, **NADINE GASMAN**, representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, fala sobre os marcos internacionais no campo dos direitos das mulheres e reforça a importância de o enfrentamento às violências articular as perspectivas de gênero e raça e envolver os homens. Para a representante da ONU, sem igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, na sua diversidade, não há desenvolvimento sustentável.

Nadine Gasman foi diretora para a América Latina e o Caribe da Campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas UNA-SE pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e faz um alerta para a região: a dimensão dos feminicídios aqui é preocupante, o que reforça a necessidade de ações preventivas e políticas públicas. Saiba mais:

Qual é a importância da mobilização global em torno dos 16 Dias de Ativismo e das datas que compõem esse calendário?

Temos que começar dizendo que no Brasil o ativismo começa no dia 20 de Novembro, com o Dia da Consciência Negra, e isso é um reflexo da importância de se fazer sempre a análise da realidade brasileira na intersecção de gênero e raça e etnia.

Este ano é especialmente importante, porque estamos retomando o objetivo máximo da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é 'não deixar ninguém para trás'. Os

ODS são uma agenda de médio prazo que o Brasil assinou junto com os outros membros das Nações Unidas e que tem uma força muito grande nesse sentido de não deixar ninguém para trás – e aqui vale destacar que quando falamos de não deixar ninguém para trás, no caso geral do mundo, estamos falando das desigualdades que atingem as mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans e as mulheres com deficiência.

É muito importante trazer as mulheres para a frente para construir essa Agenda 50-50, como a ONU Mulheres está propondo, na certeza de que, sem abordar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulhe-

res o desenvolvimento sustentável não vai acontecer.

E, como você já comentou, aqui são 21 Dias de Ativismo. Qual é a importância do enfrentamento ao racismo para o enfrentamento à violência?

É muito importante reconhecer que hoje, no Brasil, as mulheres negras sofrem mais violência que as mulheres brancas. Os dados mostram isso, sobretudo o de mortes violentas, que mostrou a morte de mulheres brancas caindo quase 10% em uma década e a de mulheres negras aumentando 54% [os dados são do Mapa da Violência 2015]. Vemos que o racismo e o sexismo estão interligados. É importante ter essa consciência e trazer isso para visibilidade.

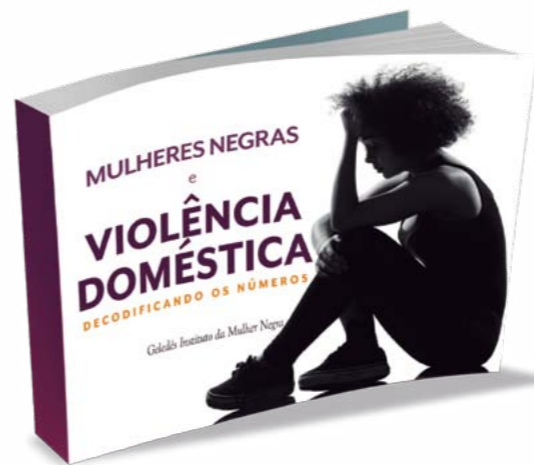
Sabemos que a violência contra as mulheres acontece em todas as classes sociais, raças e religiões, mas a magnitude varia e o acesso a ferramentas para sair da situação de violência também é diferente. Todas as mulheres podem sofrer violência, mas os recursos que umas têm são diferentes para outras, o acesso à justiça, a serviços e mesmo à possibilidade de sair da relação, tudo isso vai variar.

Outra data importante desse calendário é o 6 de Dezembro, o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A ONU Mulheres tem trabalhado muito nessa frente, um exemplo é a campanha He for She. Qual é a importância desse envolvimento dos homens no enfrentamento?

O dia 6 é um momento importante para fazer um chamado aos homens a também se unirem pelo fim da violência,

porque o papel dos homens é justamente deixar de serem violentos, trabalhar pela igualdade e criar oportunidades de apoiar a luta das mulheres. Esse é um momento muito importante de chamado, da Campanha do Laço Branco e do He for She por exemplo, para que os homens tenham consciência de que a violência, na maior parte dos casos, quase na totalidade, parte dos homens. Então, é preciso parar e ter uma atitude ativa de promoção da igualdade de gênero – algo que passa por compartilhar as responsabilidades domésticas, por reconhecer a igualdade no trabalho, na família, nas comunidades, nos partidos políticos, e terminar com o que se chama de 'micro-machismos', que não são micro, porque envolvem essas questões que fazem com que a vida das mulheres seja extremamente difícil.

É uma das coisas que estamos posicionando na América Latina é falar do feminicídio como um tema muito importante nesses 16 Dias de Ativismo. É preciso lembrar que temos diferentes tipos de violência e que temos a violência extrema, que é um tema muito preocupante e assustador, tanto quando pensamos no Brasil, como em toda a região latino-americana e caribenha. Precisamos desenvolver ações de prevenção e políticas públicas para erradicar esse fenômeno. Temos que pensar o que cada um e cada uma de nós pode fazer para acabar com todas as formas de violência, inclusive a mais extrema, que é o feminicídio. Existe um estudo do Small Arms Survey que mostra que, dos 25 países que mais assassinam mulheres, 14 estão na região da América Latina e Caribe.



Por **SUELAINÉ CARNEIRO**, socióloga, feminista, mestre em Educação e coordenadora do Programa de Educação de Geledés – Instituto da Mulher Negra, com atuação nos seguintes temas: feminismo, racismo, educação das relações raciais e direitos humanos.

Este artigo apresenta alguns dos resultados da pesquisa *Mulheres Negras e Violência Doméstica: Decodificando os números*, realizada por Geledés – Instituto da Mulher Negra em 2016, que buscou ampliar a compreensão das particularidades que envolvem a questão da violência doméstica contra as mulheres negras na sociedade brasileira, tendo em vista o crescimento significativo de sua participação nos dados nacionais, em contraposição à queda desse fenômeno entre as mulheres brancas.

Acreditamos que esta é uma pauta valiosa para as ações e reflexões dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois possibilita ampliarmos o compromisso do ativismo com o direito à vida de todas as mulheres. No Brasil, a Campanha 16 Dias de Ativismo se realiza em 21 dias para contemplar o 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra.

LACUNA DE DADOS COM RECORTE RACIAL

Esta convicção baseia-se na trajetória do feminismo brasileiro por direitos e pela emancipação das mulheres, na sua constituição como um sujeito político e autônomo, no reconhecimento das mulheres em sua multiplicidade e diversidade, além do enfrentamento das hierarquias e racismo, discriminações e desigualdades entre as mulheres. São questões que foram consideradas na Plataforma Política Feminista, um documento construído coletivamente e que foi aprovado durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em 2002, que representou os compromissos e anseios de mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, das áreas urbanas e rurais, sindicalistas, quilombolas, jovens e da terceira idade, com deficiências, de diferentes vinculações religiosas e partidárias.

É nesta tradição do feminismo, de atuar a partir de seus marcos de luta e de suas incoerências, além de sua responsabilidade em reconhecer e contemplar a diversidade das

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Mulheres Negras e Violência Doméstica:

Reafirmando compromissos nos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

mulheres, que as ações dos 21 Dias de Ativismo podem ser a oportunidade de externar o compromisso com o direito à vida das mulheres negras, visto que é o grupo social em que o *continuum* de desvantagens sociais é reafirmado em inúmeros estudos e pesquisas.

Foi na tradição do feminismo negro, de abordar o racismo e seus impactos nas relações de gênero, que foi realizada a pesquisa *Mulheres Negras e Violência Doméstica: Decodificando os números*, que enfatizou a urgência da incorporação da temática racial e das iniquidades que perpassam as condições sociais das mulheres negras nos estudos, pesquisas e elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

A indagação que permeou a pesquisa foi: se todos os indicadores sociais evidenciam as desvantagens sociais experimentadas por mulheres negras, demonstrando as barreiras impostas pelo racismo e a discriminação racial, e se há prevalência de

líticas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, locais onde se encontram apoio, compreensão, orientação e, principalmente, solidariedade de outras mulheres.

Confirmando as diversas iniquidades que assolam a vida das mulheres negras, os relatos revelaram as desigualdades, o racismo, as vulnerabilidades, as fragilidades familiar e econômica, a opressão e as desvantagens que circundam as vidas das mulheres e que se relacionam com raça, gênero e classe. Além disso, foram várias as menções à violação dos direitos das mulheres realizada por agentes da segurança pública e pelo Judiciário no momento em que elas buscaram a garantia de seus direitos. O que todas as mulheres apresentaram em comum foi a impossibilidade de saírem da situação de violência doméstica sem o auxílio do poder público.

RACISMO PRECISA SER INCORPORADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O racismo precisa ser inserido nas compreensões sobre as dinâmicas das violências e contemplado nas ações de proteção e orientação desenvolvidas, de forma a desnaturalizar as desigualdades e dificuldades encontradas pelas mulheres negras para sair do ciclo da violência doméstica.

O que percebemos é que a ideologia da democracia racial se remodela para se manter imutável, ela está presente na elaboração das políticas públicas e nas concepções universalistas e generalizantes sobre as mulheres. Além disso, é necessária atenção às especificidades e aos desafios dos territórios onde estão instalados os equipamentos para as mulheres, que resultam em diferentes condições para a atuação na realização de suas ações, assim como nas diferenciadas possibilidades de articulação entre os serviços públicos para o atendimento do leque de demandas das mulheres.

“O racismo precisa ser inserido nas compreensões sobre as dinâmicas das violências e contemplado nas ações de proteção e orientação desenvolvidas, de forma a desnaturalizar as desigualdades e dificuldades encontradas pelas mulheres negras para sair do ciclo da violência doméstica.”

mulheres negras nos dados de violência doméstica, como a abordagem do impacto do racismo pode se manter ausente ou periférica na política pública de enfrentamento da violência doméstica?

MAIOR VULNERABILIDADE E DESASSISTÊNCIA PARA AS MULHERES NEGRAS

Nesta perspectiva, realizamos entrevistas com mulheres negras e não negras da cidade de São Paulo, que utilizavam Centro de Referência da Mulher e Centro de Defesa e Convivência da Mulher, e também com profissionais que atuam nesses estabelecimentos, que são espaços estratégicos no conjunto das po-

HISTÓRICO

20 de Novembro para as Mulheres Negras: passou da hora de contar o nosso passado

“Homem branco, escute-me! A história, como quase ninguém parece saber, não é apenas algo a ser lido. E não se refere meramente, ou sequer principalmente, ao passado. Ao contrário, a grande força da história provém do fato de a carregarmos dentro de nós, de sermos inconscientemente controlados por ela, de muitas maneiras, e a história está literalmente presente em tudo o que fazemos. Nem poderia ser de outro modo, já que é à história que devemos nossos quadros de referência, nossa identidade e nossas aspirações. E é com grande sofrimento e pavor que o indivíduo começa a avaliar a história que o colocou onde ele está e formou seu ponto de vista. Com grande sofrimento e pavor porque, com isso, ele entra em guerra com essa criação histórica, o Eu, e tenta recriar-se de acordo com um princípio mais humano e mais libertário; dá início à tentativa de atingir um nível de maturidade e liberdade pessoais que retire da história seu poder tirânico, e que também modifique a história.”

James Baldwin, *Revista Ebony*, 1965.



Foto: Facebook/arquivo pessoal

Por **MAFOANE ODARA POLI SANTOS**, coordenadora de projetos de enfrentamento a violência contra as mulheres do Instituto Avon, psicóloga e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e diretora do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Pessoas e grupos que não têm seus direitos respeitados e garantidos apresentam piores perfis de saúde, maiores possibilidades de adoecimento e morte e menores chances de ascender social e economicamente. Dito de outro modo, onde há maior violação ou negligência dos direitos ao trabalho e à moradia adequada, ao acesso a serviços de saúde de qualidade, à educação, ao lazer, à constituição de família e vivência da sexualidade como cada pessoa a define, encontrar-se-á maior vulnerabilidade (social, programática e individual) ao adoecimento (Ayres, 2009). Marcadores da violação de direitos humanos são, portanto, guia para o planejamento de ações de saúde e para a identificação de populações e grupos que tendem a ser discriminados, a ter seus direitos violados (Paiva, 2006).

Mais um 20 de Novembro chegou e, com a data, mais um ciclo de reflexão. Em poucos momentos da nossa história foi tão importante fazer uma parada para refletir e priorizar as desigualdades raciais e de gênero que siste-

maticamente têm colocado mulheres negras nos piores índices de desenvolvimento – isso porque nunca reconhecemos e enfrentamos suficientemente esse fato.

Na verdade, esse não reconhecimento tem alimentado essas desigualdades históricas que persistem até hoje, seja sob um perverso mecanismo de bloqueio à inclusão de negros e de mulheres, manifestando-se por violências cotidianas praticadas, inclusive, pelo próprio Estado e mantendo esta parcela da sociedade sempre “no andar de baixo” da distribuição de renda e riquezas, seja pelas disparidades na saúde, educação e mercado de trabalho (Oxfam, 2017). Passou da hora de nossa nação contar com o seu passado.

DESIGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Para entender as desigualdades no Brasil é necessário ter em mente que gênero e raça se entrecruzam e marcam a vida das pessoas e as condições objetivas de acessar as oportunidades e que o desenvolvimento das políticas públicas, ao longo da história do Brasil, está intimamente relacionado ao desenvolvimento político, social e econômico da sociedade. Levando isso em consideração, percebemos que a oferta de serviços

essenciais expandiu-se nas últimas décadas, mas não evoluiu da mesma maneira para os diferentes grupos.

Com relação à educação, apesar do crescimento da média geral ao longo das últimas décadas, negros e brancos evoluíram sua escolaridade, mas a distância entre eles permanece quase a mesma. Em 1995, brancos tinham, em média, 6,7 anos de estudo, enquanto negros apenas 4,5 anos. Passados vinte anos, brancos têm uma média de 9 anos de estudo, contra 7,4 dos negros (Ipea, 2015).

Ao analisar os índices de saúde no Brasil das últimas décadas, as piores condições são dadas às mulheres negras. No Mapa da Desigualdade 2017 as mulheres negras aparecem na primeira posição no ranking da desigualdade na cidade de São Paulo, com especial destaque para os índices de saúde. As adolescentes negras registram os maiores índices de gravidez (IRBEM/Rede Nossa São Paulo, 2017) e mulheres negras têm chances menores de passar por consultas ginecológicas completas, realizar consultas de pré-natal e fazer exames ginecológicos no período pós-parto (Santos, M., 2012). Elas estão entre os piores indicadores da saúde, mesmo sendo as maiores frequentadoras dos

serviços públicos de saúde.

Apesar dos avanços em termos de equiparação salarial entre homens e mulheres e entre negros e brancos, as mulheres ainda ganham 62% do que ganham os homens, e os negros ganham meros 57% em relação aos brancos. Vale ressaltar que há uma estagnação na redução de desigualdades raciais medidas pela renda desde 2011 (idem).

A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO CONTINUA SENDO A CARNE NEGRA

Segundo a pesquisa “O papel do homem na desconstrução do machismo”, do Instituto Avon em parceria com o Instituto Locomotiva, 88% das pessoas acreditam que existe desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e 89% concordam que as mulheres negras sofrem ainda mais preconceito do que mulheres brancas. Isso nos leva a questionar: é possível discutir violência contra a mulher sem discutir o racismo?

As pesquisas “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” (FBSP/Datafolha, 2017) e o Atlas da Violência (Ipea/FBSP, 2017) mostram diferenças significativas nos índices de vitimização por agressão e assédio quando se leva em consideração a raça/cor das vítimas.

Quando falamos das violências mais “sutis”, como as ofensas verbais e os assédios, o índice é mais alto entre as negras – pardas e pretas – (45%) do que entre as brancas

(35%) (FBSP/Datafolha, 2017).

Quando falamos das violências mais visíveis e explícitas como feminicídios, o Atlas da Violência destaca diferenças significativas ao compararmos as mortes de mulheres negras e não negras. Enquanto a mortalidade de mulheres não negras teve uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, a mortalidade de mulheres negras aumentou 22% no mesmo período. Os dados indicam ainda que a proporção de mulheres negras entre o total de mulheres vítimas de mortes por agressão passou de 54,8% em 2005 para 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil em 2015 (Ipea/FBSP, 2017).

Em resumo, em qualquer categoria as mulheres negras estão sempre entre os piores índices de vitimização e violência letal contra a mulher no país.

PRÁTICAS NECESSÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NEGRAS

Paulo Freire nos alerta: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento a tua fala seja a tua prática”. Não basta a cidadania ser uma declaração de princípios, sem ter seus limites em concretas situações jurídicas, sociais, econômicas e políticas. A cidadania, para ser válida, depende de condições objetivas, de poder ser reclamada e exercida (Santos, I., 2009).

Vemos alguns avanços nas políticas pú-

“Ampliar e aprimorar a rede de atendimento e proteção à mulher nos sistemas de saúde, assistência social e justiça criminal também são fundamentais para o melhor acompanhamento das vítimas e prevenção da violência contra a mulher. Mas para que essa rede funcione plenamente é necessário que a oferta leve em consideração as condições objetivas dos diferentes grupos de mulheres e isso só é possível com o desenvolvimento de ações e programas multissetoriais e multidisciplinares.”

blicas universalistas, mas os dados apresentados mostram a urgência em estabelecer as mulheres negras como a população prioritária de todas as políticas públicas. Isso porque, embora governos, sociedade e empresas comecem a reconhecer que as desigualdades precisam ser tratadas levando-se em consideração a sua complexidade, passou da hora de assumirem uma discussão séria de raça, pois sem isso os índices contra as mulheres negras só aumentarão.

Ampliar e aprimorar a rede de atendimento e proteção à mulher nos sistemas de saúde, assistência social e justiça criminal também são fundamentais para o melhor acompanhamento das vítimas e prevenção da violência contra a mulher. Mas para que essa rede funcione plenamente é necessário que a oferta leve em consideração as condições objetivas dos diferentes grupos de mulheres e isso só é possível com o desenvolvimento de ações e programas multissetoriais e multidisciplinares.

Por fim, seria fantástico que o progresso fosse cumulativo e que, à medida que mais pessoas e comunidades ganhassem seu lugar no círculo da igualdade e oportunidade, esse círculo fosse expandido. Mas isso não tem sido demonstrado, como nos lembra Darren Ford, presidente da Fundação Ford. “Estamos vivendo momentos de muitos retrocessos e perdas de direitos; então, é necessário estarmos atentos que, assim como os líderes que vieram antes de nós, estamos presos entre a história da qual emergimos e a história que aspiramos”, conclui.

Portanto nada disso será possível se cada um e cada uma de nós não exercitar a empatia. E defendo o conceito de empatia como sendo nossa capacidade de entender como o nosso lugar impacta o lugar do outro e agir para que esse impacto seja positivo. Na empatia não cabe julgamento, imposição ou conselho sobre o que o outro deve fazer. Não queremos que homens defendam as mulheres, nem que brancos defendam os negros. Precisamos que os homens e os brancos e as brancas sejam humildes para reconhecer que o lugar que ocupam é muitas vezes opressor para o outro e, portanto, é fundamental que eles e elas reconheçam seus privilégios e se coloquem como agentes da transformação que queremos ver no mundo.

MECANISMOS INTERNACIONAIS

Entrevista Leila Linhares: O Brasil e a efetivação das Convenções CEDAW e Belém do Pará

Em diversos países do mundo, a Campanha pelos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres começa no 25 de Novembro, celebrado como o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres (no Brasil, a campanha começa no Dia da Consciência Negra).

O 25 de Novembro tornou-se um marco para fortalecer um pacto global de enfrentamento à violência de gênero e pela promoção dos direitos humanos de meninas e mulheres no mundo todo. O Brasil, como muitos outros países, assumiu diversos compromissos e deveres nessa frente ao ratificar convenções internacionais sobre os direitos das mulheres – sobretudo a Convenção CEDAW [Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres] e a Convenção de Belém do Pará [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher].

Além de serem uma referência internacional, as convenções podem ser também instrumentos para mudanças necessárias, uma vez que contam com comitês dedicados a acompanhar a sua implementação pelos países e elaborar periodicamente recomendações aos Estados, e ainda com canais de denúncia de violações.

*Diretora da ONG CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, a advogada **Leila Linhares Barsted** é atualmente a representante brasileira no Mesecvi, o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Em entrevista ao Informativo Compromisso e Atitude, a especialista explica*

os compromissos assumidos pelo Brasil perante os mecanismos internacionais e avalia o estágio do país no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, identificando avanços e desafios desde a ratificação das convenções. Confira:

Pensando no 25 de Novembro, quais são os compromissos que o Brasil assumiu e que podem ser reivindicados para avançar na efetivação dos direitos das mulheres?

O Brasil assumiu um conjunto de compromissos. Diante do Comitê CEDAW, o Brasil não só assinou a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, como, a partir de 2003, começou a apresentar relatórios, prestando contas do que o país fez em relação às mudanças de legislação e de políticas públicas buscando diminuir a violência contra as mulheres.

Esses relatórios enviados pelo Estado brasileiro têm sido recebidos e analisados pelo Comitê CEDAW, tendo também como contrapartida o que chamamos de ‘relatório sombra’ ou ‘relatórios alternativos’, que são elaborados pelas organizações não-governamentais. Diante das informações oficiais e das informações

do ‘relatório sombra’, o Comitê CEDAW tem feito uma série de recomendações ao Brasil e, a princípio, essas recomendações têm sido aceitas formalmente pelo governo brasileiro. São recomendações no sentido de adequar as leis nacionais ao espírito da Convenção – e não só da Convenção em si, mas de todo um conjunto de resoluções que o Comitê CEDAW tem elaborado, especificamente sobre violência contra as mulheres. São recomendações para adequar a legislação, desenvolver políticas públicas, capacitar agentes públicos e prever recursos orçamentários e a produção de estatísticas que possam dimensionar não apenas a ocorrência da violência, mas também o resultado dos esforços, demonstrando através dos dados estatísticos que a violência tem sido coibida.

Sabemos que o Brasil cumpriu com uma parte dessas questões relativas à violência,

como a adequação da legislação nacional. Durante os governos Lula e Dilma, muitas dessas recomendações foram incorporadas aos planos nacionais, particularmente ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em que se encontram uma série de orientações que foram pactuadas com os estados brasileiros para desenvolver políticas de enfrentamento e diminuição da violência contra as mulheres. E, nesse período, foi ampliado o número de centros de referência e de delegacias de mulheres, secretarias de mulheres foram criadas nos estados e até nos municípios. Então, houve um avanço em termos de se institucionalizar uma política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Claro que essa institucionalização não se deu de forma homogênea em todo o país, e não necessariamente essa homogeneização destacou as diversas interseccionalidades que estão presentes na problemática da violência contra as mulheres, como a questão étnico-racial e a questão de gênero. Mas, de qualquer maneira, o que podemos dizer é que houve um avanço institucional.

Isso pode ser dito não só em relação às determinações do Comitê CEDAW, mas também às determinações da Convenção de Belém do Pará, que também, desde 2006, tem um Comitê de Peritas, que é composto por mulheres independentes de cada país. Esse Comitê elaborou um questionário dirigido aos países membros da OEA, com perguntas relativas ao marco normativo, à existência de planos, de políticas públicas que possibilitem o acesso das mulheres à justiça, de mecanismos de monitoramento da aplicação da legislação e de dados estatísticos. Por exemplo, esse Comitê destacou a importância dos dados estatísticos, para identificar não apenas quantitativamente a prevalência da violência, mas também para conhecermos as especificidades dessa violência – a violência sexual, a violência física, a violência psicológica, a violência contra mulheres indígenas, contra as mulheres negras, contra meninas, e também a violência de cunho político, que limita a participação política das mulheres. Inclusive, esse Comitê elaborou uma declaração sobre violência política contra as mulheres, considerando a baixa representatividade das mulheres na política nacional.

Pensando nesse legado internacional, quais desafios o Brasil enfrenta para coibir a violência de gênero?

Nesse sentido, o Comitê mostra-se muito preocupado com a questão da utilização das medidas de mediação. O Comitê deixa muito explícito que não se admitem mecanismos de conciliação e mediação nas questões envolvendo violência contra as mulheres por razão de gênero, chamando a atenção para essas violências colocam-se como expressões de mecanismos de dominação e de poder contra as mulheres. E isso é um ponto importante que não podemos deixar de destacar porque há em curso, no Brasil, uma proposta de aplicação de Justiça Restaurativa em conflitos envolvendo violência doméstica e familiar contra as mulheres. Na realidade, esse mecanismo de Justiça Restaurativa pode ser aplicado em outras situações de conflitos que não envolvam relações de poder. Mas em questão de violência contra as mulheres, tal como está bem definido na Lei Maria da Penha, não se admitem mecanismos de mediação e de conciliação.

Vemos também com preocupação – e quando digo nós, refiro-me não apenas aos movimentos de mulheres no Brasil, mas aos membros do Comitê da Convenção de Belém do Pará – a mudança de nomenclatura dos juzizados especializados em violência contra as mulheres para expressões como ‘paz em casa’ ou ‘paz na família’. Isso acaba sendo uma maneira de esconder as relações de violência e subordinação, relações que são, realmente, discriminadoras e em que, em nome da família, tenta-se fazer com que as mulheres não denunciem, que sejam silenciadas. Há toda uma ideologia ‘familista’ que quer se desenvolver às custas da perda do direito das mulheres, às custas da autodeterminação das mulheres.

Outro lado importante dessas políticas de prevenção dá-se também na educação, que ainda está sendo muito fraca no que diz respeito aos agentes públicos. Nesse sentido, há a Recomendação de nº 33 do Comitê CEDAW, de 2015, que fala muito claramente sobre o acesso das mulheres à justiça. Nessa recomendação, o Comitê explicita que não se admitirá por parte dos agentes públicos, particularmente por parte dos agentes do Poder Judiciário, que as mulheres sofram qualquer tipo de discriminação, seja por sua orientação sexual, seja por classe, raça, etnia, enfim, em razão da diversidade que as

mulheres apresentam. Aponta ainda que o acesso das mulheres à justiça deve ser dar cada vez com mais rapidez, eliminando-se toda uma rota crítica que as mulheres enfrentam para ter acesso aos serviços. E recomenda firmemente que os agentes públicos sejam sistematicamente, constantemente educados sobre os mecanismos internacionais e sobre a necessidade de se criarem procedimentos justos, rápidos e eficazes para que as mulheres tenham acesso à justiça.

Hoje vemos que alguns cursos voltados para a questão da capacitação desses agentes públicos estão sendo incentivados pelos diversos tribunais de justiça.

Qual seria o balanço entre avanços e desafios no caso brasileiro?

O que se percebe nos últimos dois anos é que os avanços que tivemos a partir de 2003, mesmo que tenham sido relativos, vêm sendo

“O desmonte de muitas conquistas para o enfrentamento à violência contra as mulheres – a prevenção e a punição dos autores do crime – está se dando com muita rapidez, o que faz com que tenhamos cada vez mais que nos mobilizar internamente, nacionalmente, mas também levar as denúncias ao Comitê CEDAW, ao Comitê de Belém do Pará e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.”

gradativamente solapados com a quantidade de projetos de lei que pretendem descaracterizar a Lei Maria da Penha. Temos uma ótima legislação que sofre ataques constantemente – sejam ataques no sentido de mudanças em propostas legislativas, sejam ataques por meio do esvaziamento dos serviços que foram criados para que essa Lei pudesse ser implementada ou pelo baixo envolvimento dos poderes públicos em políticas de prevenção. Também pelo desgaste dos Executivos que – tanto nos níveis federal e estadual quanto municipal – têm esvaziado centros de referência e delegacias de mulheres.

Temos a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que também foi uma conquista, embora o texto da lei tenha sido modificado quando da sua aprovação substituindo a palavra ‘gênero’ por ‘sexo’. Queríamos falar

em violência de gênero e essa expressão gênero também está sofrendo ataques no sentido de ser banida do vocabulário nacional, apesar de que essa é uma expressão utilizada em todos os documentos internacionais, tanto das Nações Unidas quanto da Organização dos Estados Americanos.

Mas, de qualquer maneira, temos uma Lei do Feminicídio no Brasil. Essa Lei, porém, precisa de protocolos que orientem como deve ser a investigação, precisa que esses protocolos sejam efetivamente aplicados e que sejam formados peritos judiciais, peritos da área da polícia e da área de medicina legal, que possam realmente fazer as investigações de tal maneira que se possa comprovar a prática de feminicídio. E, por outro lado, estamos criando sentenças judiciais que levam praticamente à absolvição de homens que têm matado mulheres.

O desmonte de muitas conquistas para o enfrentamento à violência contra as mulheres

ENTREVISTA

Trabalho com homens e pela construção de outras masculinidades é essencial

O dia 6 de Dezembro é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Entre as ações que buscam engajar os homens nessa transformação necessária estão aqueles projetos focados na responsabilização de homens que já foram autores de violências, como é o caso do projeto Tempo de Despertar (foto).

SÉRGIO FLÁVIO BARBOSA, professor universitário de Filosofia e Sociologia, possui longa trajetória em trabalhos de responsabilização com homens autores de violência. É coordenador-técnico do Projeto Tempo de Despertar, integrante da Comissão Brasileira que lançou no Brasil a Campanha do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher e criador dos primeiros grupos de homens autores de violência no ABC paulista. Em entrevista, Sérgio explica a importância da construção de outras masculinidades para coibir e, um dia, erradicar as violências. Confira:

Qual é a importância do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres?

Esse dia de mobilização é de extrema importância para implicar os homens no processo. É uma bandeira política e social de romper o silêncio, a cumplicidade e a omissão. Originalmente, quando estive no Canadá para conversar com o criador da Campanha do Laço Branco (*White Ribbon Campaign*), definimos que iríamos trazê-la para o Brasil com algumas diretrizes.

Faziam parte desta mobilização brasileira duas entidades feministas. O CES – Centro de Educação para a Saúde, organização localizada no ABC paulista impulsionada pela sociedade civil, da qual participei de 1994

a 2006, estimulando outros homens à causa e junto com um governo aberto às exigências sociais, que aderiu fortemente à Campanha do Laço Branco. E outra instituição histórica, Pró-Mulher e Cidadania, que atuava em São Paulo. Ambas foram pioneiras no entendimento, desde a Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim (1995), de que deveria ser articulada a participação dos homens no enfrentamento da violência contra as mulheres. A diretriz básica era envolver homens que não tivessem atitudes agressivas e que se comprometessem a mobilizar outros homens para o fim da violência contra a mulher. Isso aconteceu de fato a partir de 2001, quando formamos a RHEG – Rede de Homens pela



Foto: Justiça de São Paulo - www.justicadesaia.com.br

No projeto Tempo de Despertar são realizados encontros com homens denunciados sob a Lei Maria da Penha, em que são debatidos temas como desigualdade de gênero, machismo e direitos humanos, Sérgio Barbosa (à direita no palco) é o coordenador-técnico do projeto.

Equidade de Gênero, com a proposta de envolver mais homens nos trabalhos com homens para dar mais visibilidade à ideia de que é possível ser um outro tipo de homem na sociedade.

O que podemos aprender a partir desse trabalho realizado com homens autores de violência no sentido de se construir outras masculinidades e desnaturalizar papéis de gênero?

A construção de outras masculinidades que não usam do poder, da violência ou do medo para impor qualquer controle sobre a mulher é muito importante para erradicar a violência contra as mulheres. O trabalho que é realizado com homens autores de violência demonstrou isso. Mesmo antes da Lei Maria da Penha já sabíamos da importância do trabalho realizado. Foi uma experiência embrionária, piloto, germinal, mas que provou que o caminho é a desconstrução de valores patriarcais. Desnaturali-

zar o que era natural.

Era necessário enfrentar de uma forma lúcida um problema social complexo. Com certeza a violência contra a mulher é um crime. E como crime precisa ser punido. Mas qual modelo de punição poderíamos criar para que, de fato, houvesse um fim da violência? Adotamos então uma postura sociopedagógica, muito apoiada em Paulo Freire e outros pensadores, para desconstruir a naturalização da violência contra a mulher.

O que significa ter perspectiva de gênero neste trabalho?

Este trabalho não poderia ser realizado sem a perspectiva de gênero. Gênero é uma ferramenta imprescindível para a desconstrução dos papéis sociais que transformam as diferenças entre mulheres e homens em desigualdades. Gênero nos permite ler a história da construção do poder sobre a mulher, analisa a dominação do patriarcado e nos permite questionar sua legitimidade.

Acesse a entrevista completa no Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha e saiba mais sobre o trabalho com homens autores de violência: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-15>

EXPEDIENTE

PARCEIROS CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA
<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/parceiros-da-campanha/>



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Secretaria de Políticas para as Mulheres



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO



CONDEGE



SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Secretaria de Governo



Secretaria de Políticas para as Mulheres



Secretaria de Governo



BRASIL GOVERNO FEDERAL

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO

INSTITUTO
PATRÍCIA GALVÃOwww.agenciapatriciagalvao.org.br

@com_atitude_imp



/CompromissoEAtitude

www.compromissoeatitude.org.br